

Editorial
Poder Local e Saúde

*Agora não pergunto mais pra onde vai a estrada
Agora não espero mais aquela madrugada
Vai ser, vai ser, vai ter de ser, vai ser faça amolada
O brilho cego de paixão e fé, faça amolada*

*Fé Cega, Faça Amolada
Milton Nascimento*

Em meados de junho foi decretada pela presidente Dilma Rousseff a regulamentação da lei orgânica da saúde, com ênfase na construção das regiões de saúde e nos Contratos Organizativos de Ação Pública. Uma orientação clara no sentido do avanço que precisamos construir na consolidação do SUS. Ao mesmo tempo, no estado de São Paulo, já estava em curso discussão acerca das redes regionais de assistência à saúde em acordo bipartite entre gestores municipais e gestor estadual. Uma sinergia bem vinda na formulação da etapa que, nos parece, falta cumprir na agenda do SUS: a descentralização do sistema e das políticas de saúde no Brasil na garantia do acesso à assistência, na segurança sanitária e no fortalecimento do processo participativo de formulação de ações de promoção de saúde e qualidade de vida em âmbito local.

A descentralização, como estratégia potente de reorganização do cenário de governança solidária, parece então ter sido reafirmada, quase como ato de fé em nossa capacidade de empreendê-la, a partir do ato federal e da proposta para o arranjo das redes do SUS em nosso estado. Mas algumas questões surgem tão imediatamente quanto os decretos e planos. Estaremos nós preparados para estabelecer finalmente em São Paulo uma relação não competitiva entre os entes federativos, coordenável sob comando único e regulação regional com base em decisões colegiadas idem? Estarão os quadros técnicos e lideranças políticas conscientes do enorme desafio a enfrentar na burocracia estatal para transmutar o aparelho de estado e as ações de governo no sentido de uma nova governança para o SUS? Os conselhos de saúde, a começar do nacional, irão reorganizar suas agendas e cumprir o seu papel político de garantir os investimentos no sistema e em políticas de saúde segundo necessidades e demandas locais e regionais? Saberemos construir todos um ambiente negocial em que gestores e prestadores públicos e privados tenham, sob compromisso contratual, suas competências aferidas e avaliadas quanto ao impacto de sua performance na saúde das pessoas e não na satisfação em suas históricas motivações corporativas?

Há ainda a questão de fundo sobre as escolhas para o financiamento da assistência à saúde, ainda sem rumo certo, dada a renúncia fiscal pelo governo federal na cobertura a planos de saúde associada a não aprovação da EC-29 regulamentando critérios para gastos no setor pelos três níveis e governo. No estado de São Paulo convivemos ainda com a lei que reserva 25% de leitos dos hospitais públicos para planos de saúde, que se não tivessem intenção de disputar com privilégio o mesmo espaço do cidadão usuário do SUS nesses serviços, certamente não se interessariam por essa alternativa, pois já não pagam por ela hoje.

Em apoio às intenções que nos estimulam a construir respostas afirmativas as questões antes postas, mantemos nossa fé militante nesse momento de avanço. Mas sem descuidar do fio da faca, numa analogia entre a figura de linguagem e nossos anacrônicos instrumentos de governança, forjados em um longo histórico de disputas territoriais por 'emplacar' serviços e políticas que, em muitos e evidentes casos, ignoraram os próprios territórios e os sujeitos que os fazem vivos. Vamos com fé (quase) cega e faca (bem) amolada!

Diretoria e Conselho Deliberativo da APSP

Associe-se à APSP www.apsp.org.br

AGENDA

Reunião entre APSP e Giovanni Cerri, Secretário de Estado da Saúde

No dia 2 de agosto, a diretoria da APSP se reuniu com Giovanni Cerri, Secretário de Estado da Saúde de São Paulo. Durante o encontro, o Secretário manifestou total apoio à Associação e à realização do 12º Congresso Paulista de Saúde Pública, colocando a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES/SP) como parceira no evento, estimulando seus funcionários a participar do Congresso e enviar as experiências exitosas. Cerri mostrou-se interessado na ampliação do debate dos temas de saúde pública no estado de São Paulo. Para Marília Louvison, vice-presidente da APSP, a parceria APSP e SES/SP é “fundamental para estimular e propiciar espaços que contribuam para a construção do SUS em nosso estado”.

12º Congresso Paulista de Saúde Pública

O prazo para o envio dos trabalhos para o 12º Congresso Paulista de Saúde Pública foi adiado para **31 de agosto**. O Congresso acontece entre os dias 22 e 26 de outubro, em São Bernardo do Campo e tem como eixo central Saúde e Direitos: escolhas para fazer o SUS.

Entre no [site](#) do evento e faça a sua inscrição!



Ciclo de Debates – Quarta Atividade

O **Controle Social e o Papel da Ouvidoria no SUS** é o tema da quarta atividade do Ciclo de Debates, parceria da APSP e da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde e apoio do Observatório de Saúde da Região Metropolitana e da FSP/USP. O evento, **gratuito**, será no dia **13 de setembro, terça-feira, de 8h30 às 12h**. Márcia Mulin e Simone Spinetti são as palestrantes já confirmadas. O evento será na Fundação do Desenvolvimento Administrativo (**Fundap**), Rua Alves Guimarães, 429, Cerqueira César. **Participe!**

Curso: Sistemas de Informação e Monitoramento

O Curso **Sistemas de Informação e Monitoramento** será nos dias **25, 26 e 27 de agosto**, no Conselho Regional de Odontologia de São Paulo, Av. Paulista, 688, 7º andar. O curso é **gratuito para associados da APSP**. Inscrições: apsp@apsp.org.br
Faça a sua inscrição. Se ainda não for sócio, [associe-se](#) à APSP!

Associe-se à APSP www.apsp.org.br

Curso:

A Construção das Redes de Atenção à Saúde no SUS

No dia 30 de julho foi concluído o curso A Construção das Redes de Atenção à Saúde no SUS, parceria da APSP e da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde. O curso, coordenado pela vice-presidente da APSP, Marília Louvison, se debruçou sobre a portaria 4279/2010, publicada em dezembro do ano passado e que trata das diretrizes para a estruturação da Rede de Atenção à Saúde (RAS) como estratégia para superar a fragmentação da atenção e da gestão nas regiões de saúde e aperfeiçoar o funcionamento político-institucional do SUS. O curso contou com a presença de José Carlos Seixas, sanitarista histórico, da APSP e da SES/SP. “O curso contou com participantes de vários estados e municípios, trazendo a importância da discussão e apropriação do conhecimento que tem sido construído sobre as redes de atenção, gestão da clínica e linhas de cuidado” afirma Marília Louvison, que acredita que iniciativas como essa são fundamentais para a APSP. “Esse é um importante papel da APSP, proporcionar o debate e democratizar o conhecimento”.

Após o curso, os participantes fizeram uma avaliação. Veja algumas impressões:

“O curso foi muito significativo para promover a discussão e o debate e para ampliar a reflexão da temática e contribuir para as intervenções de saúde nos territórios”.

“O curso foi muito bom e, como sugestão, sugiro maior divulgação e horários mais flexíveis”.

“Parabéns a todos! Até o próximo!”

“Os cursos aproximam profissionais de diversas áreas e fortalecem a APSP e o SUS”.

“Temática muito importante e oportuna, proporcionando novas reflexões. Aprendi e aproveitei muito”.

“Avalio o curso de forma muito positiva, pois conseguiu expor o conceito, problematização e implantação das redes de forma clara e democrática. A democratização foi facilitada pelo formato de roda”.

“Fico agradecida e contente pela oportunidade, desejando que se amplie a visibilidade e importância histórica da APSP”.

Associe-se à APSP www.apsp.org.br

Ciclo de Debates:

Desafios da Implantação do Sistema de Auditoria no SUS

No dia 2 de agosto aconteceu a terceira atividade do Ciclo de Debates, parceria da APSP e da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde. O tema discutido no evento foi Desafios da Implantação do Sistema de Auditoria no SUS. Adalberto Fulgêncio, diretor do Departamento Nacional de Auditoria do SUS e Vanderlei Soares Moyá, diretor da auditoria da SES/SP foram os palestrantes na mesa coordenada por Sonia Venâncio, vice-diretora do Instituto de Saúde e por Marília Louvison, vice-presidente da APSP. Após as apresentações, o público presente pôde participar com perguntas e considerações.

Durante o evento, foram debatidos os rumos da auditoria no SUS e seu processo de construção a partir do Decreto 7508/2011, que regulamenta a Lei Orgânica da Saúde. Observou-se a necessidade de ampliar o debate político sobre a importância da fiscalização e da avaliação de desempenho no SUS. Também foram discutidos aspectos dos atores principais do processo, incluindo a participação popular e o papel do controle social. “Foi um debate muito importante, pois fizemos uma discussão sobre as dicotomias relativas à auditoria como instrumento de controle do SUS e como instrumento de regulação das redes de atenção, com diferentes necessidades quando se relacionam aos gestores de âmbito federal, estadual e municipal”, explica Marília Louvison. “Além disso, também discutimos sobre a angústia de o SUS não ser pautado pelos controles externos, mas que deve ter agenda própria, pactuada entre as três esferas de governo. E ainda há muito a se avançar nessa área”, completa.

Um ponto interessante foi a reflexão de José da Rocha Carvalheiro, do Instituto de Saúde e membro do conselho deliberativo da APSP, que lembrou que o prédio que hoje abriga o Instituto de Saúde, local do evento, foi sede do Inamps e o grande espaço de revisão de contas médicas daquele período. “É emblemático estarmos aqui hoje podendo discutir instrumentos de controle e auditoria moldados aos novos tempos e às novas necessidades de um sistema único de saúde já mais amadurecido e fortalecido”, disse.



Marília Louvison, vice-presidente da APSP, Vanderlei Moya, SES/SP, Adalberto Fulgêncio, Denasus/MS e Sônia Venâncio, Instituto de Saúde, durante o debate e parte do público presente.

Associe-se à APSP www.apsp.org.br

Ação contra a dupla-porta

O Ministério Público Estadual entrou no dia 9 de agosto com ação civil pública, por meio de liminar, para suspender os efeitos da Lei Complementar 1131/2010. A lei permite que os hospitais paulistas gerenciados por Organizações Sociais de Saúde destinem 25% de seus leitos a pacientes de planos de saúde.

A APSP é uma das autoras da ação civil pública. Comente no nosso [Blog](#).

Pré-Congresso Baixada Santista

A APSP e a Unifesp Baixada Santista promovem o Pré-Congresso da Baixada Santista nos dias 25 e 26 de agosto. O evento, preparatório para o 12º Congresso Paulista de Saúde Pública, terá como eixo temático "Saúde e Direitos: Produção de Práticas e Conhecimentos" e será realizado em Santos.

Mais informações no [Blog da APSP](#).

Agenda Estratégica para a Saúde no Brasil

A APSP apóia a Agenda Estratégica para a Saúde no Brasil. O documento, assinado por várias entidades, foi criado com a proposta de ser uma construção coletiva em constante aprimoramento e aberto a contribuições, por um SUS igual para todos. O documento foi entregue ao Ministro da Saúde no dia 5 de agosto.

Para saber mais, clique [aqui](#).

Fórum de discussões da 14ª Conferência Nacional de Saúde

Com o objetivo de fortalecer os debates sobre saúde no país e dividir experiências entre gestores, trabalhadores e usuários do SUS, foi criado o Fórum da 14ª Conferência Nacional de Saúde. Qualquer pessoa pode participar e dar opiniões, basta acessar o [link](#).

Conferência Estadual de Saúde

Entre os dias 31 de agosto e 2 de setembro, acontece a 6ª Conferência Estadual de Saúde, evento preparatório para a 14ª Conferência Nacional de Saúde. O evento terá como tema "Todos usam o SUS! SUS na Seguridade Social, Política Pública, Patrimônio do Povo Brasileiro", e o eixo "Acesso e acolhimento com qualidade: um desafio para o SUS". A APSP participa. Mais informações [aqui](#).

Evento do COSEMS/SP

O Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo (Cosems/SP) realizou no dia 10 de agosto um encontro entre gestores públicos de saúde para discussão das Redes Temáticas e do Decreto 7.508/11, que regulamenta a Lei Orgânica da Saúde. Mais informações no [Blog do COSEMS/SP](#).

Associe-se à APSP

A sustentabilidade da APSP depende do apoio de todos nós.

Associe-se à APSP. Acesse o [site](#) da APSP ou ligue (11) 3032-6209.

É fundamental o seu apoio para que possamos manter a nossa entidade viva e atuante!

Saúde e Sociedade

Veja [aqui](#) o último número da Revista Saúde e Sociedade, publicada pela APSP e pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP).

A APSP nas redes sociais



Associe-se à APSP www.apsp.org.br